

Tradição oral, memória e literatura africana: uma análise do livro

Amkoulleu, o menino fula de Amadou Hampâté Bâ

Márcia Moreira Pereira⁵

Rosemeire da Silva Vargas⁶

Resumo: Neste artigo analisou-se a obra autobiográfica de Amadou Hampâté Bâ, *Amkoulleu, o menino fula*, na qual o autor narra a sua infância, destacando-se a importância das narrativas baseadas na memória dos fatos para os povos de tradição oral. A partir disso, fez-se uma reflexão sobre a cultura africana e a forma sistemática de se treinar para a arte de narrar desde a infância.

Palavras chave: Tradição oral, memória, Amadou Hampâté Bâ, literatura africana

Abstract: This article analyses the autobiographical work of Amadou Hampâté Bâ, *Amkoulleu, o menino fula*, in which the author recounts his childhood in order to points out the importance of narratives based on memory.

Keywords: Oral tradition, memory, Amadou Hampâté Bâ, African literature

O presente trabalho faz uma análise da narrativa literária *Amkoulleu, o menino fula*, do escritor africano Amadou Hampâté Bâ. Trata-se de uma história de cunho autobiográfico, baseada na memória dos fatos, considerando que a tradição oral sempre ocupou posição de destaque nas sociedades africanas, se constituindo assim como um dos principais meios de transmissão de conhecimento de geração para geração.

O encantamento, a poeticidade, a criatividade e a competência presentes na linguagem de Amadou Ampâté Ba – que se dedicou à coleta de narrativas, transformando-as em seus textos literários –, fazem dele não apenas um dos maiores nomes da literatura africana, mas também um verdadeiro repertório vivo da tradição oral, além de defensor fervoroso da

⁵ Mestranda em Educação, na Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, Brasil. Email: marcia.moreirapereira@gmail.com

⁶ Pós-graduada em Letras, na Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, Brasil. Email: rosesilva.vargas@yahoo.com.br

permanência e preservação desta tradição.

A questão do negro na escola e a lei 10.639

Com a aprovação da lei nº 10.639, de 10 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino da História e cultura Afro-Brasileira na Educação básica, considera-se relevante tratar desse tema, na medida em que a educação brasileira revela-se limitada quanto ao tema da literatura e cultura africanas. O que, em geral, se evidencia é a associação que se faz do negro à sua condição de escravo, como se pode verificar nos livros didáticos. Considerando que no Brasil, segundo o censo do IBGE, (MEC, 2004, p.5), as estatísticas mostraram que 45% da população brasileira são compostas de negros, estes dados não são suficientes para eliminar ideologias que persistem em privilegiar e valorizar a cultura européia ignorando outras, em especial a africana. Neste cenário verificamos que a Instituição escolar legitima a perpetuação da reprodução social das classes dominantes, na medida em que, quando se faz a seleção de obras literárias, seja qual for o gênero, o negro não se vê representado, tendo sua identidade negada e aparecendo somente com a imagem estigmatizada e negativa do escravizado, vivendo à sombra de uma cultura eurocêntrica.

A lei 10.639, sancionada em 2003 pelo Presidente da República, que altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases, 1996) institui que é obrigatório no ensino fundamental e médio, público e particular, o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Trata-se de uma legislação que abre caminho para várias a divulgação da cultura africana – que tem forte representatividade em nossa cultura – nas escolas, em cujas salas de aula se verifica pouquíssima ou nenhuma abordagem. Assim, a obrigatoriedade dessa lei faz com que tenhamos um novo olhar sobre essa cultura e a história africanas e afro-brasileiras. Sabemos

que, no ambiente escolar, o conteúdo das aulas, principalmente no ensino de história, enfatiza uma visão eurocêntrica da história, dando pouca importância à vertente afrocêntrica.

A rica cultura africana, quando trazido para a sala de aula, não só reconstrói nos alunos e nos professores uma imagem positiva daquele continente, como também eleva a auto-estima dos alunos afrodescentes, os quais vivem no dia-a-dia a cultura africana, mas ao chegar à sala de aula se deparam com conteúdos pedagógicos que revelam outra realidade, isto é, uma realidade voltada para os conteúdos de fundo eurocêntrico.

A referida lei, portanto, vem para valorizar a diversidade cultural, que é uma das principais características do nosso país, segundo SOUZA E CROSO (2007, p. 21):

com a lei 10639/03 a escola aparece como *locus* privilegiado para agenciar alterações nessa realidade, e é dela a empreitada de acolher, conhecer e valorizar outros vínculos históricos e culturais, refazendo repertórios cristalizados em seus currículos e projetos pedagógicos e nas relações estabelecidas no ambiente escolar, promovendo uma educação de qualidade para todas as pessoas.

A referida já é obrigatória, mas é necessário salientar a importância da formação dos professores, muitos deles ainda com o estigma da educação eurocêntrica, sem preparo para ministrar aulas com conteúdos multiculturais. De fato, como afirma Marise Santana (2008, p. 85), infelizmente alguns docentes ainda possuem uma visão pedagógica monocultural:

a cultura como ciência universalizadora é incompatível com as ideias da democracia, cidadania, igualdade, respeito a diversidade cultural, impossibilitando que os docentes recebam as camadas populares com a qualidade requerida pela heterogeneidade presente no espaço escolar.

Também para FERNANDES (2005), nossa diversidade cultural é tão vasta, que o correto seria falar culturas brasileiras e, não, em cultura brasileira, sendo que o autor ainda alerta para a necessidade de uma forte mudança nos livros didáticos, em conformidade com nossa realidade afro-cultural e com a própria lei sancionada. É importante, portanto, que a lei não caia no esquecimento, sendo sua aprovação um pequeno passo diante das mudanças que

devem ocorrer no cotidiano escolar, a fim de que, partindo daí, realmente possamos afirmar que vivemos numa comunidade multirracial, multiétnica e multicultural.

A relação escola/professor/aluno deve, desse modo, ser uma relação de cumplicidade, o sentido de todos darem os primeiros passos para se conhecer a realidade brasileira, valorizando-a e, assim, aumentando a auto-estima dos alunos que compartilham, direta ou indiretamente, dela. Somente assim, esses mesmos alunos poderão se reconhecer como sujeitos de suas próprias histórias.

Nesse sentido, ao instituir o conhecimento das culturas e da história africana por meio da Lei nº 106390, busca-se, a reparação e o ressarcimento frente a todos os descendentes africanos que ao longo da história do Brasil foram marcados por estigmas, preconceitos e discriminação como também a um não pertencimento social. A grande questão a ser levantada é o fato de que, a sociedade brasileira como um todo, não recebeu o devido preparo em sua formação inicial para lidar com a diversidade, pois segundo Munanga:

essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produtos de uma educação eurocêntrica e que podemos em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam nossa sociedade. (MUNANGA, 2005, p.15)

África e tradição oral: a obra de Amadou Hampâté Bâ

Segundo Giordani (1985), a mentalidade européia e as sociedades não européias não apresentam grande interesse no que se refere à tradição oral na medida em que o continente africano, em especial a África negra, seriam incapazes de conceber uma educação formal devido à ausência de material escrito. Sendo assim, percebemos que os estudiosos ainda têm

certa relutância em aceitar a oralidade com a mesma confiança que se concebe a escrita. No entanto, a viagem literária que propõe a obra *Amkoulleu, o menino fula* nos remete a uma desconstrução de conceitos pré-estabelecidos e internalizados nas relações sociais na qual grupos hegemônicos, historicamente só legitimam o que é por eles produzidos e que tem servido para a manutenção do *status quo* baseados na exclusão e na supremacia de determinados grupos e na subalternização de outros.

O conhecimento que temos sobre a tradição e literatura africana se resume em grande parte a lendas e mitos atrelados muitas vezes à religião. No entanto quando nos aprofundamos nos estudos construímos um novo conceito no que se refere à própria religião, ciência natural, arte história, divertimento, enfim um vasto aprendizado que vai se compondo em um universo onde a tradição oral é considerada a grande escola da vida.

Há tempos, observando a história do ocidente no que se refere a obras literárias, nossa cultura letrada considera legítima apenas a palavra escrita prevalecendo sempre sobre a cultura oral. Sempre existiu certo preconceito advindo de alguns teóricos e críticos elitistas em aceitar a oralidade com a mesma confiança que se concebe a escrita. Para estes teóricos esses textos não se caracterizariam como obras literárias por não possuírem embasamentos documentais, porém: “o fato de nunca ter tido uma escrita jamais privou a África de ter um passado, uma história e uma cultura” (BÂ, 1982, p.175). Percebemos atualmente a existência de alguns trabalhos históricos embasados na tradição oral que em conjunto com fontes documentais surgem como um complemento a mais de fonte de pesquisa sendo assim, um fator positivo na medida em que se tratando da história da África, a oralidade ainda desempenha um papel insubstituível.

Para Bâ (1982), os primeiros arquivos ou bibliotecas do mundo foram o cérebro dos

homens. Com essa afirmação já percebemos de início que o autor objeto de nosso estudo foi um fervoroso defensor da tradição oral e do cultivo de sua transmissão às novas gerações. No entanto, quando falamos em cultura oral africana, tendemos a pensar em oralidade como algo que transcende a própria escrita, e é tratada por Bâ, como o poder da palavra que mora na narrativa e nunca se acaba.

O livro em causa trata de temas diversos como: família, tradição, a importância da mulher, poligamia, religião, problemas de questões sociais, colonização, guerra, fome, enfim, uma grande dimensão de temas sob a ótica da cultura africana, em especial na região das savanas, no Mali. No entanto, vamos nos ater na questão que é de fundamental importância para a perpetuação da transmissão do conhecimento que são as narrativas orais e a técnica de memorização.

É sobre esta perspectiva que analisamos a obra *Amkoulleu, o menino fula*, de Amadou Ampaté Ba, no sentido de perceber a importância e o valor das narrativas para os povos de tradição oral na qual tece relatos de sua autobiografia guardados na memória. Mas, afinal, o que são estas narrativas?

São frutos da vivência pessoal em que o narrador em questão transporta para a escrita evidenciando a importância da oralidade, onde o texto será conduzido por sua memória pessoal, na qual assume a postura de um contador de história bem característico da tradição africana. É, portanto neste contexto que Bâ relata com minúcias a narrativa baseada na memória dos fatos na qual ele tem a preocupação de transformar o discurso oral em conhecimento escrito repleto de detalhes. A narrativa se dá em sua totalidade, pois para o autor resumir é o mesmo que escamotear, ou se narra um acontecimento em sua integridade ou não se narra. Essa é uma das características da tradição oral que é considerada a grande

escola da vida a ser transmitida de geração em geração. Segundo ele, o que se encontra por detrás do testemunho é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade, sendo assim, existe para ele uma forte ligação entre o homem e a palavra.

É o que afirma também Orlandi (2001) a respeito da palavra, pois para ela: “toda palavra é um ato social, com todas as suas implicações: conflito, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade” e, portanto, todos estes fatores estão presentes em muitos momentos do livro, a começar com a saga de sua família.

É a partir das narrativas protagonizada por Amkoullél (apelido que foi dado a Hampâté na infância), que vamos conhecendo como funcionam os relacionamentos familiares, que ele detalha com grande competência, relatando a saga de sua família, sua linhagem materna e paterna: *fula*.

Mas podemos nos perguntar o porquê do título, “o menino fula”? Encontramos esta resposta no relato do autor quando ele nos diz que “os fulas estão presentes em todos os lugares, mas sem domicílio em parte alguma” (BÂ, 2003, p.25). São pastores que conduzem seus rebanhos por toda a África, tendo sido treinados a desde crianças a observar e escutar para que assim pudessem perpetuar sob forma de narrativas as histórias que ouviam e desfiá-las em suas minúcias. Tinham o hábito de contar os seus gados cotidianamente para não perdê-los da mesma forma que faziam com as histórias. Dessa forma, cada vez que a contavam guardavam na memória. Sendo assim, “Estar sempre à escuta” (BÂ, 2003.p.31) é um dos muitos lemas fula. O autor deixa transparecer o seu orgulho pela sua linhagem em vários momentos de sua narrativa.

Em outra passagem do livro quando o autor fala de seu avô materno, percebemos a rigorosidade do relato dos fatos é de uma precisão que se pode, por confirmações, reconstruir os grandes acontecimentos dos séculos passados nos mínimos detalhes, principalmente no que concebe os fatos históricos ou dos grandes homens que ilustraram a história africana. Nessa passagem ele cita um diálogo entre o avô materno Pâtê Pouлло ao se apresentar a Hadji Omar, pois o avô vai se converter ao Islã:

Eu me chamo Patê Pouлло Diallo e sou um “fula vermelho”, um fula pastor da alta brousse a fim de me liberar dei meu rebanho a meus irmãos. Eu era tão rico quanto pode ser um fula. Portanto, não é para adquirir riquezas que vim juntar-me a ti, mas apenas para responder a um apelo de Deus, porque um fula não seu rebanho para procurar outra coisa. (...) Também não vim ao teu encontro para adquirir conhecimento, pois neste mundo, nada pode me ensinar que eu não saiba. Só u um *silatigui*, um iniciado fula. Conheço o visível e o invisível. Tenho, como se diz, o ouvido da ‘*brousse*’: entendo a língua dos pássaros, leio o rastro dos pequenos animais no chão e as manchas luminosas que o sol projeta através das folhagens; sei interpretar o sussurro dos quatro grandes ventos e dos quatros ventos secundários, assim como a passagem das nuvens através do espaço, porque para mim, eu não posso abandoná-lo, e quem sabe te poderá ser útil? Nas viagens com teus companheiros, eu poderia ‘falar pela *brousse*’ e guiar-te por entre suas armadilhas (BÁ, 2003. p.28).

Percebemos essa interação homem-palavra muito presente neste enunciado, em que o que está dito não precisa ser escrito, documentado, pois o que se preserva é o valor da palavra, como também reconhecemos a presença da subjetividade, pois o narrador se coloca diante do outro como sujeito enunciator. O discurso produzido por Patê Pouлло, ao expressar o seu pensamento, tem um convencimento que o tornou por assim dizer o “braço direito” de seu futuro líder.

Na cultura fula existem os conselhos de família e de comunidade, e quando uma pessoa como Patê Pouлло, que segundo as narrativas do autor possui grande sabedoria e abdica de suas funções, ele precisará do aval da família como também deixará o seu rebanho como indenização. O que prevalece é na verdade a ancestralidade dentro dos princípios que definem

a sabedoria, invocando a jurisprudência dos antepassados para a solução de problemas. No entanto essas decisões não dependem da palavra de uma única pessoa. Este conselho sempre passa pelo aval dos mais velhos que são os “homens de conhecimento”.

Sob esta ótica, segundo Vansina (1982, p. 74), “uma sociedade oral reconhece a fala não como um meio de comunicação diária, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais”. Portanto, percebe-se que há uma organização e um respeito pela palavra final sinalizada por um ancião que é considerado um conhecedor em algum assunto histórico ou tradicional.

A arte da memorização

Falar em memória é falar de uma faculdade humana que é responsável por nossas lembranças. Quando falamos em memória podemos nos citar como exemplo. Qual de nós consegue fazer uma seqüência de fatos ocorridos em qualquer fase de nossa vida com minúcias de detalhes? Talvez algum episódio que tenha algum significado, porém, não saberíamos dizer com as minúcias os detalhes dos momentos vividos, pois não temos a habilidade de treinar a memória para tal finalidade. Recorremos então à escrita que se organiza de modo totalmente diferente sob a forma de grafia constituindo um código. Podemos dizer que utilizaríamos o procedimento normativo da gramática com todo o seu caráter estético. Segundo Gnerre:

É bastante óbvio ou deveria ser, pelo menos, que nas culturas somente ou principalmente orais, onde a comunicação verbal acontece sempre em presença dos que estão comunicando, isto é, face a face, a escrita seja percebida (...) como algo incompleto, parcial, pouco confiável, falsificável. (...) em geral, nas culturas orais a escrita não vem a substituir a memória, no máximo ela é usada como um complemento, um suporte visual de informações essencialmente memorizadas. (GNERRE, 1985, p.52).

Sendo assim, quando falamos de educação na sociedade africana percebemos que tais práticas se distanciam dos costumes ocidentais, pois quando se diz uma comunicação face a face estamos falando de expressividade, vivacidade, todo um movimento corporal, tridimensional.

A memória africana, por não apoiar-se na escrita, tem uma grande capacidade de fotografar os detalhes em sua plenitude. A narrativa funciona como a alavanca propulsora de transmissão do conhecimento fazendo a ligação entre as gerações de um grupo social o que torna a memorização mais fácil. A educação tradicional começa na família onde o pai, a mãe ou as pessoas mais idosas são ao mesmo tempo mestres e educadores tendo como condição básica a perpetuação da cultura e transmissão do conhecimento, já que o ensinamento não era sistemático, pois “a própria vida era a educação” (BÂ, 1982, p. 26). Em muitos relatos do protagonista é comum perceber a admiração por quem profere o aprendizado. Frases como “aprendi com o meu mestre”, ou “com meu pai” são comuns em vários trechos da obra.

Para Silva (2008, p. 85), “toda memória é memória de alguém, de um indivíduo. Ela se refere antes de tudo ao Eu, ao olhar que essa pessoa constrói a respeito de si mesma, da identidade, portanto, de quem efetivamente recorda”. O personagem principal, Amkoulleu, assim como muitas crianças de sua geração, é desde cedo treinado para escutar sem pressa e repetidas vezes um fato ou acontecimento, ou seja, um exercício cotidiano de memória que não é vista como um defeito.

Há um fato relatado pelo protagonista de um evento festivo, no qual ele se posiciona de maneira silenciosa entre os adultos para ouvir, com a paciência característica da cultura fula, um contador de história (*griot*). Segundo Bâ (2003), foi durante essas interações com os

contadores de histórias que ele aprendeu mesmo antes de escrever a “armazenar tudo em sua mente já bastante exercitada pela técnica de memorização auditiva da escola corânica” (BÂ, 2003, p.175). Esta era considerada a verdadeira escola viva, pois a partir de uma história narrada pelo contador, ele podia ao mesmo tempo ensinar sobre vários assuntos tais como: fenômenos da natureza, matemática, história. Enfim, um contador de história é, na África das savanas, um verdadeiro professor.

Todo o contexto do livro se dá por meio desses relatos, pois ele narra fatos e acontecimentos como se estivesse assistindo a um filme, reconstruindo cada cena detalhadamente, “para descrever uma cena, só preciso revivê-la. E se uma história me foi contada por alguém, minha memória não registra somente seu conteúdo, mas toda a cena.” (BÂ, 2003, p. 175).

A palavra é considerada como uma dádiva divina segundo a tradição africana. É ela quem regula a vida social e comunitária englobando aspectos do contexto de uma comunidade como também os conceitos socioculturais transmitidos pelos anciões. Sempre que há algo importante que acontece na vida do grupo como um casamento, iniciação da criança para a vida adulta, a palavra estará presente.

Considerando tais aspectos, pode-se dizer que neste contexto as pessoas se reúnem para a palavra em todas as etapas importantes da vida social. Geralmente este poder de dar a palavra final fica a critério de um conselho de família no que se refere a qualquer problematização. Normalmente cabe aos anciões, aos tradicionalista ou sábio mediar uma situação problemática.

Podemos citar um acontecimento narrado pelo autor em relação ao primeiro

casamento de seu pai Hampâté em um momento de fúria sua esposa Baya. Esta servia o jantar para alguns amigos do marido, no entanto este estava ausente. Baya era estéril e neste dia em um momento de total descontrole, provavelmente devido a sua situação, começou a proferir insultos a seu marido como também à sogra. O amigo de Hampâté, Balewel a censurou pelas palavras ofensivas contra o amigo e a mãe que já era falecida. Como esta continuou com os insultos Balewel disse: “parta desta casa, eu a divorcio, eu a divorcio!” (BÂ, 2003, p.49). Feito isso, todos os demais amigos que estavam presentes proferiram a mesma palavra. E sendo assim, aconteceu o divórcio.

A proposta deste trabalho desde o seu principio tem como finalidade entender um pouco mais como funcionam as sociedades de tradição oral, portanto em muitos relatos devemos nos esquecer, de certo modo, o olhar ocidental na medida em que estamos conhecendo outro contexto sociocultural. Nesse sentido, podemos estranhar como que um amigo, no caso Balewel, tem a autoridade de com uma única palavra, divorciar o amigo sem nem mesmo ele saber ou estar presente? Podemos entender este fato quando o autor afirma que antigamente um amigo que fosse considerado fiel e digno, os dois estabeleciam uma relação de confiança e se constituíam em uma única pessoa. No que se refere à tomada da palavra, esta era colocada como verdade e aceita. Uma amizade que fosse considerada verdadeira prevalecia e era colocada além do parentesco. Em decorrência disso, percebemos que: “A fala pode criar a paz assim como pode destruí-la (...). Uma única palavra imprudente pode desencadear uma guerra, do mesmo modo que um graveto em chamas pode provocar um grande incêndio.” (Bâ, 1982, p.185), eis o motivo do divórcio.

Na medida em que este discurso pregado por Bâ durante toda a narrativa de sua autobiografia se coloca em defesa da tradição oral, percebe-se que o grande fator motivador se

dá pela influencia sócio-histórica. Nesse sentido, é possível dizer que este é um livro na qual as palavras se materializam e que segundo a tradição, não deve ser profanada em vão.

Conclusão

Desnaturalizar a razão e despir-se do preconceito em relação à tradição oral foi o que se considerou para a materialização deste trabalho. Não se pretende descaracterizar a função da escrita, este nunca foi o objetivo desta leitura, mas evidenciar muitos aspectos que nos remetem a refletir como criamos conceitos sem nem mesmo conhecer. É o “olhar que lê sem ver” (CALDAS, 1999, p. 29)

Após analisar as narrativas de Bâ, pode-se dizer que esta é uma obra que não se faz a partir de uma única leitura, pois há sempre algo a mais para se descobrir, refletir e conhecer. Algo que vai além da forma fragmentada e destorcida que a história nos apresenta.

Na medida em que somos seres produtores e criadores de diferentes culturas, temos que compreender os diversos sistemas e grupos sociais respeitando os seus modos de vida e os seus saberes, que são muitos.

Esta visão é necessária no sentido de se desnudar do olhar eurocêntrico a nós atribuído, que valida só o que por ele é produzido com todo o seu discurso ideológico enraizado nas instituições, principalmente na Educação, pois para esta, é muito difícil reconhecer os aspectos positivos dos povos de tradição oral, já que são definidas como culturas sem tradição escrita, portanto, desconsiderando a leitura de mundo que esses povos possuem.

Considerando tais aspectos, entendemos que todo conhecimento é válido na medida

em que a educação não pode se passar por verdade absoluta. Assim, finalizamos com Bâ (2003, p. 175):

a escrita é uma coisa, e o saber é outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. É a herança de tudo aquilo que nossos ancestrais puderam conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua mente.

REFERÊNCIAS

BÂ, Amadou Hampâté. *Amkoulleu, o menino fula*. Tradução: Xina Smith Vasconcellos. São Paulo: Casa das Áfricas/ Palas Athena, 2003.

_____. “A tradição viva”. In: KI-ZERBO, Joseph (coord). *História geral da África. Vol. I: metodologia e pré- história da África*. São Paulo/ Paris: Ática/United Nations Educational, Scientific and Cultural organization (UNESCO), 1982, p.181-218.

BRASIL. Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003 - Altera a Lei 9.394/96 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro- brasileira e africana”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Parecer CNE nº 3/2004 aprovado em 10 de março de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>

CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história. Para ler a história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

- FERNANDES, José Ricardo Oriá. “Ensino e diversidade cultural: desafios e possibilidades, *Caderno Cedes*. Campinas, V. 25, n. 67, p: 378-388, set-dez 2005.
- GIORDANI, Mário Curtis. *História da África anterior ao descobrimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1998.
- QUEIROZ, Sonia, (org.). *A tradição oral*. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, 2006.
- SANTANA, Marise de. “Educação e culturas: trabalho docente com os PCN e a lei 10639/2003”. *Letras e Artes*, Universidade estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, V.16, N.1: 83-93, jun. 2008.
- SILVA, René Marc da Costa. (org.) *Memória, Identidade e Patrimônio*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação a Distância, 2008 - Salto para o futuro. Disponível em: http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/imagens/livros/livro_salto_cultura_popular_e_educacaoi.pdf
- SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSO, Camila. *Igualdade das relações étnico-raciais na escola. Possibilidades e desafios para implantação da lei 10.639/03*. São Paulo: Peirópolis, 2007.
- VANSINA, J. “A tradição oral e sua metodologia”. In: KI-ZERBO, Joseph (coord.). *História geral da África. Vol. I: metodologia e pré- história da África*. São Paulo/ Paris: Ática/United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), 1982, p. 157- 179.